

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

em paralelo, ao processo de desmantelamento do edifício do direito do trabalho. Contrariamente ao que vem sendo defendido pela OIT, por sindicatos e ONG, o caminho seguido no designado combate à crise assenta na radical flexibilização das relações laborais e dos direitos dos trabalhadores.

António Casimiro Ferreira

Flexigurança

Tratando-se de uma medida política deliberada destinada a avaliar de que modo os mercados de trabalho europeus melhor se ajustariam aos objetivos da “Estratégia de Lisboa” (2000), a flexigurança – que junta flexibilidade e segurança – conheceu uma discussão mais intensa na sequência do *Livro Verde: Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI* (Comissão Europeia, 2006). No plano teórico, a flexigurança oferece uma dupla proteção: aos empregadores, dando-lhes a possibilidade de melhor gerirem os seus recursos humanos; aos trabalhadores, conferindo-lhes mais oportunidades de integração social em situação de desemprego e uma melhor gestão das suas trajetórias profissionais.

O “modelo dinamarquês” de flexigurança – assente num mercado de trabalho flexível, generosos sistemas de bem-estar e políticas de mercado de trabalho ativas – constitui a principal referência. Porém, a transposição da flexigurança para diferentes contextos depende da capacidade económica de um país, da relevância dos seus sistemas de bem-estar social, do funcionamento das políticas ativas de emprego, dos interesses favoráveis dos atores em presença, etc. Por sinal, condições não reunidas no contexto português. Por exemplo, é pouco provável que organizações representativas de trabalhadores negociem com organizações patronais condições de desemprego em vez de condições de emprego.

Não obstante os objetivos de justiça e inclusão social serem colocados como inerentes à flexigurança – por certo cruciais para lidar com situações de crise económica e social –, a adoção de respostas políticas assentes em medidas de austeridade – consagradas no memorando de entendimento com a troika ou mesmo no acordo de concertação social de janeiro de 2012 – parece abrir caminho à flexibilidade mas não à segurança. Uma maior facilitação dos despedimentos, a perpetuação de empregos precários ou as mudanças frequentes entre empregos precários não fazem da flexigurança uma realidade atrativa. E os receios de uma flexigurança

desequilibrada tenderão a aumentar, uma vez que, quando combinada com taxas de desemprego elevadas, a precariedade de longa duração converte-se igualmente num fator de pobreza.

Hermes Augusto Costa

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial (FSM) é um dos pilares de um movimento global que desde o final da década de 1990 questiona a globalização neoliberal, propondo a construção de uma globalização alternativa, solidária e contra-hegemónica. O FSM autodefine-se como um «espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo» (<http://www.forumsocialmundial.org.br>). Não se assume como uma entidade, uma organização ou uma instância representativa da sociedade civil mundial. É de natureza não-governamental e não partidária, e recusa definir uma ideologia única, ter caráter deliberativo ou produzir documentos unitários. Pretende antes acolher uma ampla diversidade de opiniões e lutas a diferentes escalas, conciliando, num difícil equilíbrio, a celebração da diversidade com a construção de fortes consensos que levem à ação coletiva.

O FSM tomou forma e visibilidade internacional em 2001, em Porto Alegre, nas mesmas datas do *World Economic Forum*, na Suíça, como contraponto simbólico a esse espaço “elitista” e de “via única” neoliberal. Desde então, assumiu-se como um processo mundial permanente, dotado de geometria variável (eventos mundiais, encontros continentais, temáticos, etc.). A adesão das organizações ao FSM rege-se por uma Carta de Princípios. Porém, a composição do seu Conselho Internacional não respondeu a critérios claros, o que fragiliza a democracia interna do FSM e a sua legitimidade na defesa do valor da democracia participativa.

Os Fóruns Locais têm graus de vitalidade muito diferentes no espaço e no tempo. O Fórum Português enfraqueceu muito nos últimos anos, sendo que a sua revitalização seria fundamental para democratizar o debate político nacional e aumentar a visibilidade de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemónico.

Giovanni Allegretti